

# 2º Encontro da SBPC em MS/ XI ENEPEX / XIX ENEPE/ 22ª SNCT - UEMS / UFGD 2025

## CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: PERSPECTIVAS RELIGIOSAS, POLÍTICAS E CULTURAIS DA VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIAPN+

**Instituição:** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – U.U.C.

**Área temática:** Ciências Sociais Aplicadas

**NISHIMURA**, Airton<sup>1</sup> ([mgfgerencial@gmail.com](mailto:mgfgerencial@gmail.com)), **SANTANA**, Isael José<sup>2</sup> ([leasijs@hotmail.com](mailto:leasijs@hotmail.com))

<sup>1</sup> – Autor/Discente do curso de Direito;

<sup>2</sup> – Orientador/Docente do curso de Direito;

A violência contra a população LGBTQIAPN+ se manifesta como um fenômeno estrutural arraigado na sociedade contemporânea, e que se alimenta de raízes históricas. Ela remonta à Grécia antiga - onde se valorizava a relação de um homem mais velho (*erastês*) com jovem (*erômenos*) - passando pela Idade Média europeia com a criminalização da homossexualidade nos códigos legais cristãos e que, ainda, se consolidou no Brasil colonial através da imposição de valores morais eurocentricos. É revelador que as práticas indígenas - naturais dos povos originários – tenham demonstrado naturalidade nas diversidades da sexualidade, mediante revisão crítica de fontes históricas, documentos jurídicos e produções acadêmicas. A religião emerge como eixo central desta problemática, partindo do papel da Igreja Católica durante a Inquisição - quando práticas homossexuais (denominadas pederastias) eram punidas com prisão e açoites – alcançando a atuação contemporânea das bancadas evangélicas no Congresso Nacional. Diante da influência política, e do reflexo do crescimento demográfico de 21,6% (2010) para 26,9% (2022) da população evangélica (IBGE); estes grupos atuam de forma contenciosa nas iniciativas progressistas do Congresso Nacional, sob a égide de "liberdade religiosa" - embora pesquisas revelem que 40,3% dos evangélicos defendam que "a homossexualidade deve ser desencorajada". No plano cultural, evidencia-se como a homofobia se naturalizou através de instituições como família e escola, espaços que reproduzem violências simbólicas e físicas, enquanto no âmbito jurídico a decisão do STF que equiparou a homofobia ao crime de racismo (Lei 7.716/89) representou avanço, mas revelou a insuficiência do sistema penal para promover transformações sociais profundas, dado seu caráter seletivo e problemática estruturante. O estudo demonstra os paradoxos da criminalização: se por um lado é reivindicada como proteção necessária pelo movimento LGBTQIAPN+, por outro enfrenta críticas pelo risco de reforçar o punitivismo sem combater as raízes do preconceito. A emergência do olhar crítico e analítico sobre o tema se faz urgente diante da realidade brasileira, que, pelos dados de assassinatos das pessoas trans e travestis, mantém o Brasil pelo 16º ano consecutivo (2024) como o país que mais mata corpos transviados no mundo. Não a toa, se observa, ainda, o padrão de vítimas jovens, negras, nordestinas e mulheres trans, com marcas de extrema violência (ANTRA, 2024). Discussão fundamentada em análise documental de jurisprudências, projetos de lei e manifestações sociais. Como conclusão, a pesquisa aponta que a efetiva garantia de direitos exige estratégias integradas: além da criminalização, são imprescindíveis políticas públicas educativas que desconstruam estereótipos desde a base escolar, campanhas midiáticas de conscientização, e o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas que marginalizam esta população. São medidas que juntas podem promover a transformação cultural necessária para buscar a plena cidadania LGBTQIAPN+ conforme previsto na Constituição de 1988, além de atender o ODS 10 da Agenda 2030 da ONU; sem recair na mera ampliação do sistema carcerário e no punitivismo gratuito, destituído de resultados que impactem a vida dissidente desta parcela reconhecida como parte da minoria, no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Heteronormatividade, Sistema Penal Seletivo, Dignidade Humana.

**AGRADECIMENTOS:** Agradecemos ao CNPq e à PROPPI-UEMS pelo financiamento que viabilizou esta pesquisa, e à U.U.C. - UEMS pelo suporte institucional e infraestrutura necessários ao desenvolvimento deste trabalho.